

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.113 - RS (2019/0269703-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE** : MAURÍCIO DAL AGNOL  
**ADVOGADOS** : ALESSANDRO NECKEL DE OLIVEIRA - RS089310  
LUCIANO MARTINS E OUTRO(S) - RS079401  
**RECORRIDO** : VERA LUCIA POLESE  
**AGRAVANTE** : VERA LUCIA POLESE  
**ADVOGADO** : FILIPE OURIQUE KLAFKE E OUTRO(S) - RS074084  
**AGRAVADO** : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802  
BRUNO DI MARINO - RJ093384  
FELIPE SOUZA GALVÃO E OUTRO(S) - RS073825  
TATIANE BELLOMO DA SILVA - RS068466  
DIOGO KRUB DE ALMEIDA - RS092516  
TOMAS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931  
CAROLINE SOUZA LEAL SALLES - RJ204587  
**AGRAVADO** : MAURÍCIO DAL AGNOL  
**ADVOGADOS** : ALESSANDRO NECKEL DE OLIVEIRA - RS089310  
LUCIANO MARTINS E OUTRO(S) - RS079401

## **DESPACHO**

O recolhimento das custas judiciais foi realizado em desacordo com o disposto na Resolução do STJ vigente à época da interposição do recurso, a qual dispõe que, no momento do preenchimento da GRU Cobrança, deverão ser indicadas obrigatoriamente as informações exigidas no formulário eletrônico disponível no *site* do Tribunal (<http://www.stj.jus.br>), de acordo com o tipo de ação ou recurso escolhido.

De fato, a parte indicou erroneamente o "Processo na Origem" ou "Número do Processo que consta no Acórdão Recorrido" na guia de recolhimento das custas judiciais juntada aos autos, uma vez que o número utilizado não corresponde aos existentes na origem.

Dessa forma, nos termos do § 7º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para sanar o vício apontado, efetuando, caso seja necessário, novo recolhimento no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

